

LARGO DO CINEMA

O desafio de conciliar o histórico e o contemporâneo

LARGO DO CINEMA

The challenge of reconciling the historic and the contemporary

A. Alice Viana de Araújo & B. Pablo Henrick Sales de Moraes

DEARQ, Escola de Minas; Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

alice.araujo@ufop.edu.br

pablo.morais@aluno.ufop.edu.br

RESUMO

Este artigo propõe-se a defender que as dinâmicas urbanas em sítios históricos devam estar em consonância com a sua conservação, mas também a questionar o porquê de algumas demandas da sociedade contemporânea terem maior permissividade de intervenção sobre o patrimônio histórico do que outras, também de grande importância, mas muito menos danosas a esse. Tomou-se como objeto de estudo o Largo do Cinema (Ouro Preto-MG) e, como hipótese, que nele a acomodação da mobilidade motorizada seja priorizada em relação a outras demandas, como o lazer. Para essa verificação, empregamos metodologias de Avaliação Pós-Ocupação e pesquisamos espaços com desafios similares que conseguiram superar a hegemonia da mobilidade motorizada em prol de uma maior qualidade de vivência urbana. Como resultados, mesmo reconhecendo as pressões impostas pelas especificidades do sítio, concluímos que é, sim, possível equilibrar as áreas destinadas a atividades diversas sem desrespeitar o espaço patrimonial, nem ignorar as dificuldades relativas à mobilidade.

Palavras-chave: Espaços livres de uso público, lazer, mobilidade, Ouro Preto, sítios históricos.

Linha de Investigação: Cidade e Ambiente

Tópico: Patrimônio e paisagem cultural

ABSTRACT

This article proposes to defend that the urban dynamics in historical sites should be in line with their conservation, but also to question why some demands of contemporary society have greater permissiveness of intervention on the historical heritage than others, also of great importance, but much less damaging to this one. Largo do Cinema (Ouro Preto-MG) was taken as the object of study and, as a hypothesis, that the accommodation of motorized mobility is prioritized in relation to other demands, such as leisure. We employed methodologies of Post-Occupancy Evaluation and researched spaces with similar challenges that managed to overcome the hegemony of motorized mobility in favor of a better quality of living space. As a result, even recognising the pressure imposed over the sites specificities, we conclude that it is indeed possible to balance the areas destined to different activities without disrespecting the heritage space, nor ignoring the difficulties related to mobility.

Keywords: Public open spaces, leisure, mobility, Ouro Preto, historical sites.

Thematic clusters: 2: City and Environment

Topic: Heritage and cultural landscape

Introdução

As cidades mais antigas, em diferentes realidades geográficas e socioeconômicas, vêm testemunhando um crescimento da discussão em torno da preservação dos seus centros históricos, especialmente ao longo do último quartel do século XX e do início do século XXI. Embasadas frequentemente nas cartas patrimoniais produzidas por órgãos internacionais de preservação, vimos diferentes tipos de intervenção serem realizados em muitos desses núcleos urbanos. Tradicionalmente, como observa Viana (2019), essas intervenções tinham como alvo a recuperação de monumentos e outras edificações de destaque no cenário urbano mas, aos poucos, outros tipos de riquezas, como os espaços livres de uso público, passaram a ser reconhecidos como dignos de estudos e de intervenção. A postura das cartas patrimoniais também foi se flexibilizando ao longo dos anos, se posicionando criticamente em relação à cenarização dos espaços históricos e defendendo, inclusive a inserção de elementos contemporâneos para favorecer o uso desses espaços pela população local, não raramente excluída nos projetos de intervenção (ICOMOS, 2004). No entanto, observamos que, em alguns centros, espaços como largos e praças continuam sendo restaurados à sua condição considerada “original” pelo grupo de atores responsáveis pela intervenção, apresentando uma forma de preservação mais conservadora, e que nem sempre consegue produzir ambiências apropriáveis, nem pela população local, nem pela atividade turística.

Embora a postura relativamente progressista das normas de conservação do patrimônio convide os diversos atores envolvidos a pensar estratégias que consigam conjugar conservação e atualização, faz-se necessário lembrar que as cartas patrimoniais não tem efeito de lei, sendo apenas um conjunto de diretrizes que podem ser ignoradas pelos governos locais - os responsáveis pelas efetivas leis de preservação e também pelos bens protegidos. Assim, vemos que aplicação dessas posturas fica condicionada, não apenas à viabilidade financeira para se empreender as ações de salvaguarda, mas também a questões políticas, que podem se tornar os verdadeiros entraves para uma preservação efetiva e democrática dos espaços públicos (Viana, 2019). Dessa forma, se por um lado o poder público municipal pode adequar melhor as diretrizes globais de preservação às realidades urbanas locais, por outro, este tem o poder de, beneficiando o interesse de certos grupos, tomar decisões, em nome da salvaguarda do patrimônio histórico, que não favoreçam a coletividade e, desta maneira, se distanciar de atitudes efetivamente sustentáveis. Esta é uma dificuldade que parece especialmente presente em cidades nas quais a noção de “bem público” ainda não foi bem consolidada, nas quais prevalece ainda uma supervalorização da propriedade privada (UN-Habitat, 2015).

Partindo do reconhecimento de que os espaços livres de uso público são um dos mais preciosos bens comuns da sociedade, devendo ser resguardados não apenas seus aspectos históricos, mas também a continuidade das apropriações em seus recintos, este artigo propõe-se, então, a questionar a prática de considerar que o espaço urbano protegido deva permanecer imutável em relação a suas edificações e demais monumentos e, ao mesmo tempo, fechar os olhos à onipresença de elementos extremamente impactantes para a paisagem e para o uso desses espaços, como os veículos particulares. Busca-se evidenciar que as interferências nas ambiências históricas provocadas por algumas demandas da sociedade contemporânea, a exemplo da mobilidade motorizada individual, aparentemente são tratadas com maior permissividade, em comparação às

intervenções que propiciariam um bem mais amplo à comunidade, como a instalação de estruturas de suporte às atividades de lazer passivo e ativo. Tomou-se como hipótese que a mobilidade motorizada no Centro Histórico de Ouro Preto seja priorizada em relação a outras demandas, tais como a sociabilidade, o descanso, a recreação e os esportes em meio urbano, mas que é possível haver maior equilíbrio no atendimento de todas elas, desde que haja comprometimento do poder público local e um estudo responsável das demandas da população.

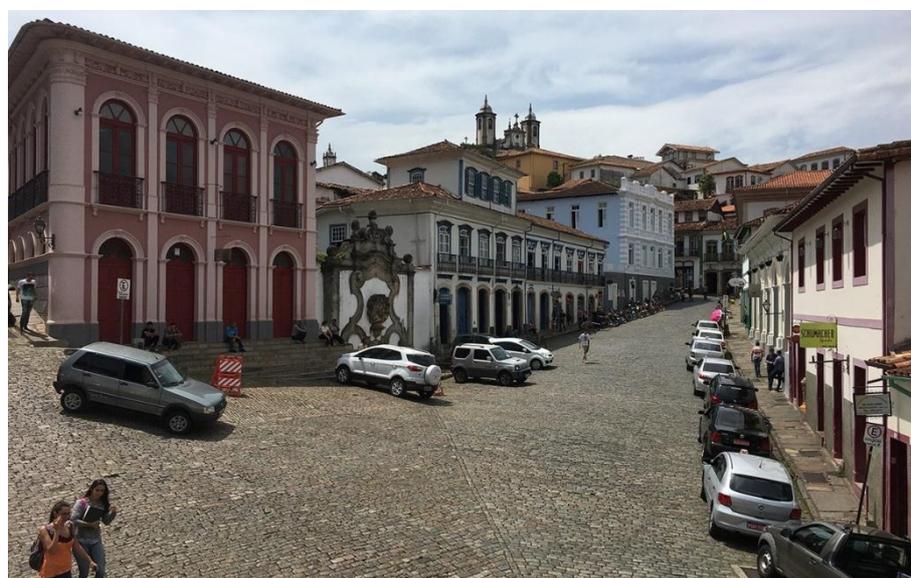


Fig.01: Largo do Cinema visto da Casa dos Contos, novembro de 2016. Fonte: (ARAÚJO, 2018)

1. Caracterização do objeto de estudo: O Largo do Cinema

O Largo do Cinema (Praça Reinaldo Alves de Brito) é um espaço livre de uso público situado dentro do perímetro de tombamento do IPHAN/Unesco de Ouro Preto (Brasil), e constitui um dos principais nós de circulação do seu Centro Histórico. Fruto de uma obra viária realizada em 1733 para dar passagem à procissão do Triunfo Eucarístico (Vasconcellos, 1956), percebemos que o largo, apesar de ter originalmente a função de passagem, se transmutou em uma importante referência local, especialmente por ter abrigado, ao longo dos séculos, importantes geradores de fluxos, além de festas culturais de grande relevância. Seu formato triangular alongado, resultante da junção de uma nova via ao traçado pré-existente, de vias não perpendiculares a essa, se manteve inalterado mas, atualmente, sua paisagem mostra-se bem diferente da original, pois sua face sudoeste, que antes funcionava como um extenso mirante para o vale do Córrego dos Contos (ver Figura 02), foi sendo gradualmente edificada nos séculos XIX e XX. Ainda hoje o largo abriga importantes geradores de fluxo, como: comércios, serviços e instituições públicas (o Forum, o Ministério Público, a Justiça Eleitoral e o Museu Casa dos Contos, um dos mais visitados da cidade), o que lhe garante uma posição de destaque na dinâmica urbana e um grande potencial de vitalidade.

Graças a essas características, este espaço público de origem colonial atrai, diariamente, um incessante fluxo, não apenas de pedestres, mas também de veículos, e percebe-se que toda a área sobressalente à circulação é utilizada como estacionamento, fazendo dos carros e motos elementos onipresentes na paisagem.

Concomitantemente, as calçadas, demasiadamente estreitas, induzem os pedestres a se esgueirar pelos carros na pista de rolamento e dificultam paradas, ainda que breves, para a realização de trocas sociais ou para a simples fruição do ambiente. Como é possível perceber, graças à competição por espaço, as atividades de lazer são facilmente inibidas pelas demandas relacionadas à mobilidade motorizada, fazendo com que as únicas áreas possíveis para a permanência sejam os degraus de acesso aos edifícios lindeiros. O impacto visual dos carros é expressivo, o que fere a apreciação do Largo como patrimônio histórico, obstruindo, por exemplo, o maior chafariz colonial da cidade - o Chafariz dos Contos (ver Figura 01). Diante dessas observações, indaga-se de que forma os conflitos entre a conservação do patrimônio, a garantia de áreas voltadas ao lazer e a conquista de uma boa mobilidade poderiam ser mediados, visando proporcionar uma melhor e mais democrática fruição do Largo do Cinema por toda a população.

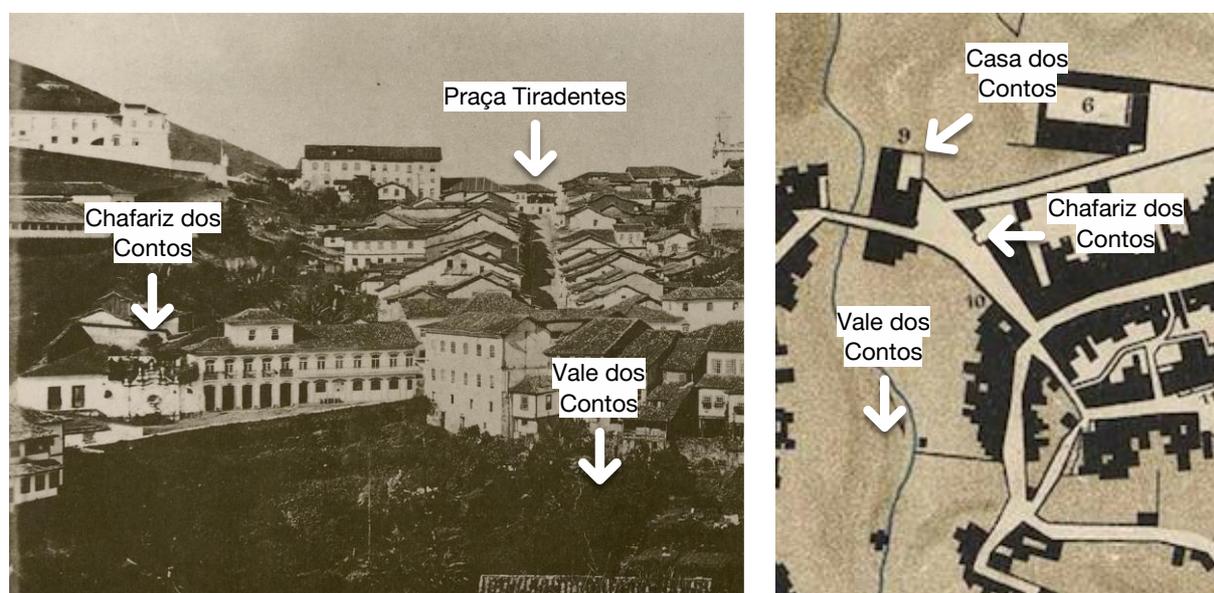


Fig.02: Largo do Cinema na década de 1880. Fonte: (ARAÚJO, 2018)

2. Metodologia

Tomando como estudo de caso o Largo do Cinema, levantamos importantes perguntas na tentativa de comprovar a hipótese de que, na contra-mão das tendências contemporâneas de preservação, há uma grande permissividade em relação ao uso do espaço público pela mobilidade motorizada em Ouro Preto - o que inibe e, muitas vezes, inviabiliza, as atividades de lazer em seu Centro Histórico. Entre as perguntas, destacamos: qual porcentagem da área desse largo é atualmente destinada para a circulação e para o estacionamento de veículos? E para a mobilidade pedestre? Existe realmente um desequilíbrio muito grande entre as áreas destinadas a essas atividades em relação àquelas destinadas a outras demandas, como as atividades de lazer? Existem demandas por outras formas de ocupação? Esse espaço já abrigou ou ainda abriga outras atividades além da circulação? A ambiência que o largo apresenta hoje pode ser considerada verdadeiramente original, necessária de ser conservada rigorosamente, ou trata-se de uma leitura contemporânea de um suposto passado? Haveriam formas mais democráticas de ocupar o espaço sem provocar uma descaracterização de sua ambiência histórica?

Para responder a essas questões, utilizamos os seguintes recursos metodológicos: 1) a realização de uma investigação histórica do Largo do Cinema para compreender as transformações as quais este já foi submetido

desde a sua criação, buscando compreender se a ambiência preservada hoje poderia ser questionada ou não; 2) a aplicação de métodos de avaliação pós-ocupação para obter uma avaliação da situação contemporânea deste espaço através da perspectiva do usuário, visando assim evitar analisá-lo apenas sob o viés do especialista, buscando compreender as pressões exercidas no espaço pela população local e flutuante; 3) o estudo de referências de qualidade espacial, como os princípios presentes na Carta do Espaço Público (INU, 2015; UN-Habitat, 2015) mas também em obras como as de Whyte (1980), Gehl (2010), Carmona (2010) e Mehta (2007) para se criar um balizamento, tentando compreender o que é considerado como aceitável ou desejável em um espaço público como este; 4) uma breve pesquisa de espaços públicos com desafios análogos que conseguiram reverter uma situação de supremacia veicular em prol de uma maior aproveitamento para atividades de lazer e descanso. Analisaremos a seguir, os principais resultados encontrados.

3. Resultados

3.1. A falsa ameaça de perda da autenticidade do espaço do Largo do Cinema

O Largo do Cinema é um espaço que tem elementos de inegável valor histórico, como o supracitado Chafariz dos Contos. No entanto, através de pesquisas bibliográficas e iconográficas, vimos que sua conformação atual não reflete sua paisagem original, mas sim um palimpsesto provocado por diversas intervenções ocorridas ao longo dos séculos, principalmente, pelo acréscimo gradual de edificações, o que alterou significativamente a morfologia do espaço. Essas alterações, inclusive, foram responsáveis pela criação do que Carmona (2010) define como vazio positivo, trazendo melhorias para seu reconhecimento como lugar. Assim, acreditamos que a manutenção de sua autenticidade não esteja condicionada à conservação rígida da paisagem hoje manifesta no local. Segundo Araújo (2018), houveram várias iniciativas de flexibilização do espaço a demandas diversas ao longo do tempo, por exemplo: a criação de jardins em frente ao atual Ministério Público (ver Figura 03), o aterramento parcial do chafariz por muitos anos e a utilização de parte do largo como local de abastecimento de gasolina. Lembramos que todas essas intervenções foram eliminadas após a defesa do congelamento da paisagem colonial promovida pelo Movimento Moderno a partir de meados do século XX (SORGINE, 2008). Assim, consideramos que, até mesmo as calçadas, que segregam o espaço viário entre as mobilidades pedestre e motorizada, são um elemento histórico discutível, uma vez que inexistiam no período colonial e em grande parte do período imperial, o que faz com que a justificativa de sua manutenção como estão graças ao tombamento seja, no mínimo, incoerente.



Fig.03: Alterações no espaço do largo na primeira metade do século XX. Fonte: (ARAÚJO, 2018)

Em relação à paisagem social no largo, Araújo (2018) destaca que esta também se alterou significativamente devido às grandes modificações econômicas, culturais e tecnológicas ocorridas nos últimos séculos, dentre elas: o esgotamento da mineração do ouro como atividade econômica principal do sítio, o fim da escravidão, a criação do sistema de abastecimento doméstico de água (o que inutilizou tecnicamente e simbolicamente os chafarizes) e a criação de outras formas de comunicação. O constante fluxo dos envolvidos na atividade mineradora, o movimento dos tropeiros, o circular dos escravizados domésticos em busca de compras quotidianas e de água para a casa de seus senhores, e a forma de divulgação de notícias em praça pública, faziam com que o largo fosse, além de um mero espaço de passagem, um importante espaço de encontro e de trocas quotidianas. Se somava a esse cenário as várias festas que ocupavam o espaço do largo ao longo do calendário religioso anual. Muitos desses personagens e eventos desapareceram, dando lugar a outras práticas e outros modos de relacionamento entre os cidadãos, e entre esses e o espaço urbano, mas acreditamos que muito pouco foi feito em termos espaciais para acomodar as novas demandas de forma satisfatória.

Em relação às novas formas de mobilidade, no entanto, vemos que a acomodação dos veículos motorizados nessa paisagem pareceu algo natural, uma vez que prescindiam apenas de espaço vago e relativamente aplainado (algo raro e muito valorizado no tecido ouropretano) para do largo se apoderarem, virando elementos onipresentes. Dessa maneira, assim como nos demais largos que ainda se mantêm como elementos importantes no sistema de circulações das cidades, observa-se sua fragilidade e sua vulnerabilidade ao uso massivo de seu espaço pelos veículos motorizados (UN-Habitat, 2015). Esse uso ameaça não apenas a paisagem histórica, mas também as outras formas de mobilidade, assim como a realização de todo outro tipo de atividades, em especial, as opcionais (Gehl, 2010), como as ligadas ao lazer. Como conclusão, consideramos que as várias adições ao longo dos anos no espaço do Largo não diminuíram sua relevância como espaço histórico, nem ameaçaram sua autenticidade, mas refletiram sua resiliência em relação às transformações da sociedade. A presença dos veículos, no entanto, é por nós vista como aquilo que, não apenas se apropria indevidamente de parte desmesurada do espaço público, impedindo sua fruição por grande parte da população, mas também aquilo que mais descaracteriza sua ambiência histórica.

Tendo superado a questão de que transformações discretas que pudessem ampliar as apropriações representariam uma ameaça de perda de autenticidade maior do que a já experienciada pela presença veicular nos dedicamos à tarefa de analisar as outras pressões efetivamente exercidas no espaço além da mobilidade. Assim, para melhor compreender essa nova paisagem social e esse novo entendimento do lugar, geradores de novas demandas, sentimos a necessidade de adotar métodos de avaliação mais precisos e adequados ao nosso tempo, a serem apresentados a seguir.

3.2. Avaliação pós-ocupação do Largo do Cinema

Partindo da conclusão de que as convenções de preservação do patrimônio histórico não se opõem, a princípio, à intervenções em espaços protegidos, e também de que a inserção de novos elementos urbanos no Largo do Cinema não seja algo inédito, nem ameace realmente sua autenticidade, decidimos partir para uma verificação de sua eficiência como um espaço público em seu sentido prático - local de circulação, mas também de acolhimento de trocas, de lazer, de descanso - tentando identificar suas fraquezas e suas potencialidades. Acreditamos que, para que o sucesso de um espaço público seja medido, acima de uma boa forma arquitetônica, localidade de inserção ou nobreza de materiais, deve-se observar a intensidade de apropriações

que este atrai. Assim, a adoção dos métodos de Avaliação Pós-Ocupação¹ (APO) nos pareceu ideal para averiguar se o Largo do Cinema, apesar de seu status, realmente se comporta como um espaço de lazer, ou se apenas se resume a um local de passagem, aproveitando pouco de seu potencial como espaço público. Foram, então, aplicados dois métodos de avaliação pós-ocupação: o primeiro foi criado por Cooper-Marcus e Francis (1998), um método simples, de fácil aplicação por iniciantes e já consolidado no meio acadêmico; o segundo são as ferramentas do GEHL Institute (2017), resultado do conhecimento adquirido pela intensa prática projetual do escritório, que há anos vem atuando na reconfiguração de espaços públicos tomando como base a experiência do usuário. Consideramos importante adotar as duas abordagens evitando, assim, uma visão do espaço ou excessivamente utópica ou de forte tendência mercadológica, compreendendo os métodos e ferramentas como complementares, tanto temporalmente, quanto em relação ao tipo de olhar sob o mesmo desafio².

O método de Cooper-Marcus e Francis constitui-se de 10 etapas, destacando-se: observação como participante, análise do contexto social, mapeamento das subáreas funcionais, mapeamento das atividades e entrevista com usuários. O método foi concebido para ser aplicado a espaços públicos que não se adequam às demandas atuais, de forma que o aplicador possa ter dados suficientes para conseguir projetar um redesenho para o local. A metodologia do GEHL Institute é mais flexível, cujo ponto de partida é a elaboração de perguntas centrais que norteiem a pesquisa, as quais devem ser direcionadas a elementos mensuráveis e relacionadas aos objetivos do projeto (como, por exemplo, as áreas destinadas a cada tipo de atividade). O instituto continuamente testa novas ferramentas, disponibilizando atualmente em sua plataforma online 6 delas. Para a APO no Largo do Cinema, selecionamos as ferramentas Mapeamento de Atividades Estacionárias, Inventário do Lugar e 12 Critérios de Qualidade, que ajudam a caracterizar respectivamente as apropriações, os elementos físicos e as qualidades do espaço. Ao passo que o método de Cooper-Marcus e Francis busca explorar uma observação participante a partir das experiências sensoriais vividas no local e orienta o aplicante na construção de mapas, as ferramentas GEHL fornecem modelos editáveis com legendas mais detalhadas e mais insumos quanto a critérios de qualidade para avaliação do local.

3.2.1. *Um inegável desequilíbrio espacial entre diferentes pressões sobre o espaço*

Através do mapeamento das subáreas funcionais do Largo do Cinema (ver Figura 04), verificamos que ele possui uma área total aproximada de 1659,32m², sendo que, dessa área: 37,1% (616,03m²) é ocupada pelo estacionamento, 43,0% (713,48m²) destinada à circulação de veículos, 17,8% (294,38m²) destinada à circulação de pedestres e 2,1% (35,44m²) relacionada ao Chafariz dos Contos, área que, apesar de grande interesse cultural, não oferece condições ideais de apropriação para que se desenvolvam atividades sociais. Percebe-se a predominância de área destinada a veículos, somando 80,1% do total. Além disso, pode-se observar que as áreas não-veiculares se resumem a estreitas faixas periféricas e mal conectadas entre elas, dificultando que outras atividades nelas se desenvolvam além da circulação pedonal e de breves trocas sociais. Não há, portanto, nenhuma área propriamente dedicada ao lazer, ainda que sejam opções de lazer passivo, tradicionalmente associadas a espaços públicos (descansar, conversar, contemplar, entre outros). Conclui-se, assim, que seja natural que o largo seja visto por muitos como um espaço meramente de passagem, pois, além do desequilíbrio entre as áreas e seus usos ser muito expressivo, a falta de qualidade na área dedicada

¹ Por avaliação pós-ocupação (APO) entende-se, a partir de Cooper Marcus e Francis (1998), uma avaliação sistemática de um espaço projetado e ocupado a partir da perspectiva do usuário, estudando dessa forma como são ocupados, o que parece funcionar e que elementos nele são negligenciados.

² Apesar de ambos os métodos terem sido desenvolvidos em universidades pertencentes aos países centrais, sua aplicação exitosa em realidades socioeconômicas distintas nos convenceu que esses poderiam ser adequados para um local como Ouro Preto, cuja tradição urbanística portuguesa (e seu impactos na usabilidade dos espaços públicos) não podem ser ignorados.

aos pedestres (e de potencial para ser qualificada na atual distribuição espacial) é o que, na nossa percepção, mais o desvaloriza como espaço público.

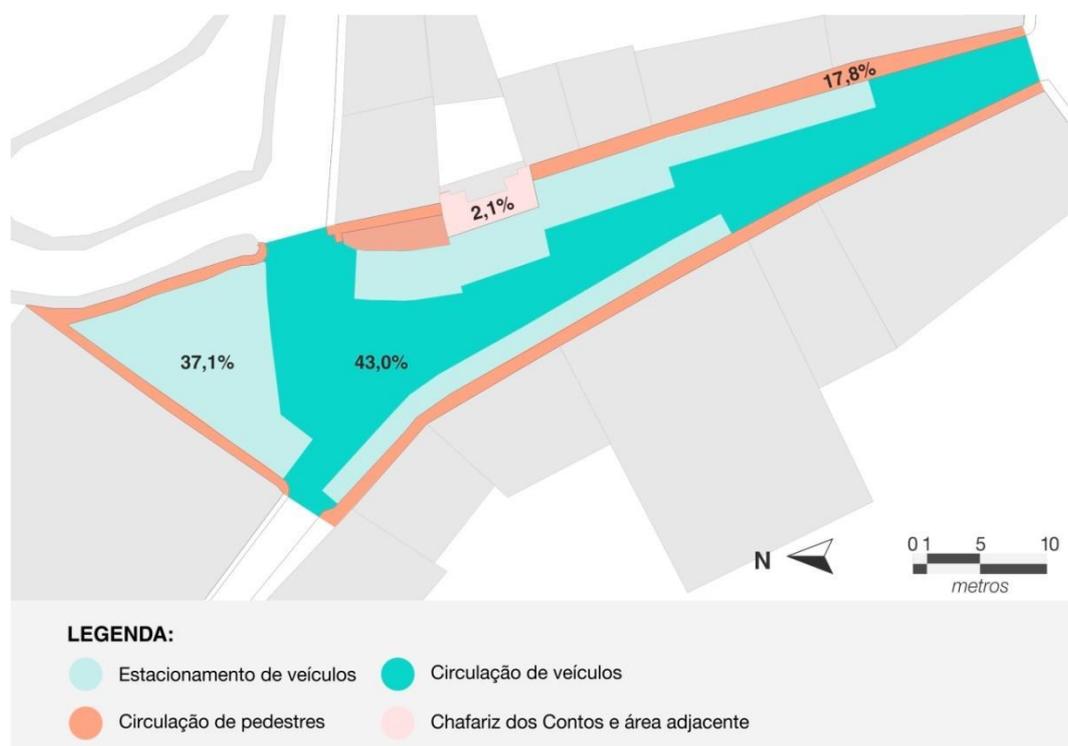


Fig.04: Mapa de subáreas funcionais e as referentes porcentagens em relação à área total do Largo do Cinema. Elaboração própria a partir da aplicação da APO segundo método de Cooper-Marcus e Francis (1998).

3.2.2 As demandas existentes no Largo do Cinema, para além da circulação e estacionamento

As ferramentas Mapeamento de Atividades Estacionárias, Inventário do Lugar e 12 Critérios de Qualidade do GEHL Institute, complementadas pelas etapas Mapeamento de Atividades e Subáreas Funcionais do Local do método de Cooper-Marcus e Francis, auxiliaram a responder à pergunta sobre haver ou não pressões por outras formas de apropriação no largo, pois seus resultados nos permitiram traçar um panorama de como as pessoas cotidianamente usufruem do espaço. Visto que as apropriações nos espaços públicos costumam ter forte relação com o funcionamento dos estabelecimentos do entorno, optou-se por realizar o mapeamento em dias de semana durante o período de maior fluxo, entre 10h e 18h. Para melhor acompanhar o dinamismo das apropriações, determinou-se que as atividades seriam registradas através de sequências fotográficas ao longo do trajeto, cuja direção tomava como ponto de partida a extremidade sul do Largo seguindo até a extremidade norte. De forma a registrar o máximo de apropriações num intervalo de 30 minutos, o trajeto repetia-se 5 vezes a cada horário visitado.

Depois de captadas as fotos, os dados foram registrados em mapa seguindo a simbologia adotada pela ferramenta GEHL, marcando neste o local, a forma de apropriação, o gênero e faixa etária dos ocupantes. Embora nenhum dos métodos mencionasse incluir veículos estacionados no mapeamento, considerou-se importante o registro dos mesmos, de forma a tornar visível o impacto destes no espaço e na forma como os ocupantes utilizam-no. Através da sobreposição dos mapas com a ocupação de cada um dos horários visitados

(10h, 12h, 14h, 16h e 17:30h), obteve-se um mapa-síntese que indica as manchas de ocupação ao longo do Largo (ver Figura 05).

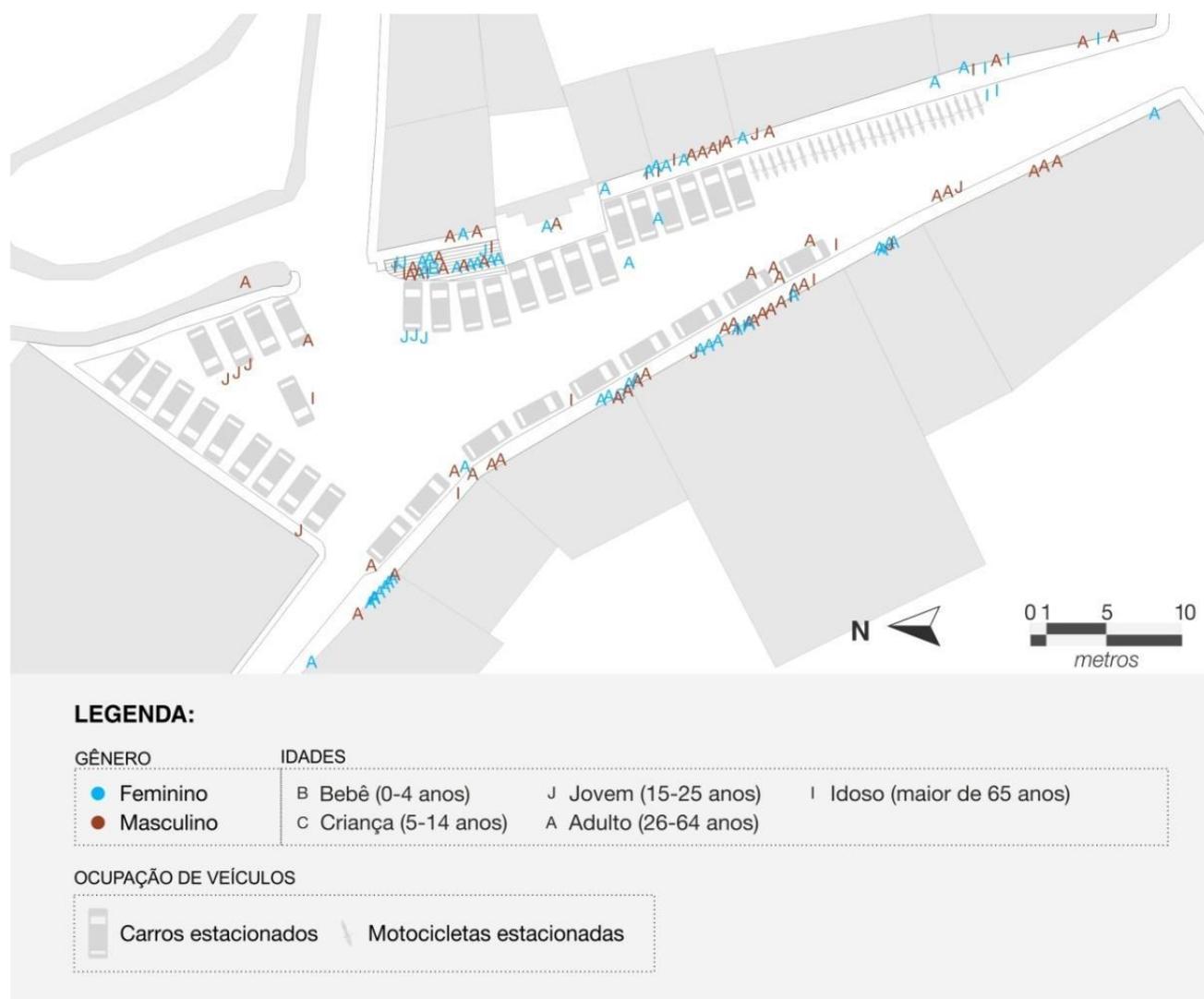


Fig.05: Mapa-síntese de atividades estacionárias com foco no perfil dos usuários no Largo do Cinema. Elaboração própria a partir da aplicação da APO segundo métodos de Cooper-Marcus e Francis (1998) e do GEHL Institute (2017).

Observando o mapa-síntese a partir das camadas de faixas etárias e gênero, foi possível traçar o perfil de usuários que frequenta e permanece no largo. Contabilizando a incidência de cada faixa etária e gênero, obtiveram-se gráficos indicando as proporções entre cada um desses. Enquanto em relação ao gênero não se observou uma grande disparidade de ocupação, em relação às faixas etárias percebe-se uma dominância de adultos em atividades de permanência, representando 70,7% dos usuários mapeados, seguidos por idosos (17,3%), jovens (10,5%) e, por fim, crianças (0,8%) e bebês (0,8%). A baixa presença de crianças e bebês pode indicar que o espaço seja pouco convidativo (atrativo, confortável ou seguro) para a permanência de

usuários dessas faixas etárias (ou assim considerado pelos seus responsáveis), ou que existam poucos usos no entorno voltados para esse grupo.

Como sugerido em ambos os métodos, foram listadas e contabilizadas as atividades observadas durante o mapeamento, bem como a postura com que eram realizadas. As porcentagens foram contadas em relação ao número total de atividades de permanência registradas no mapeamento (ver Figura 06):

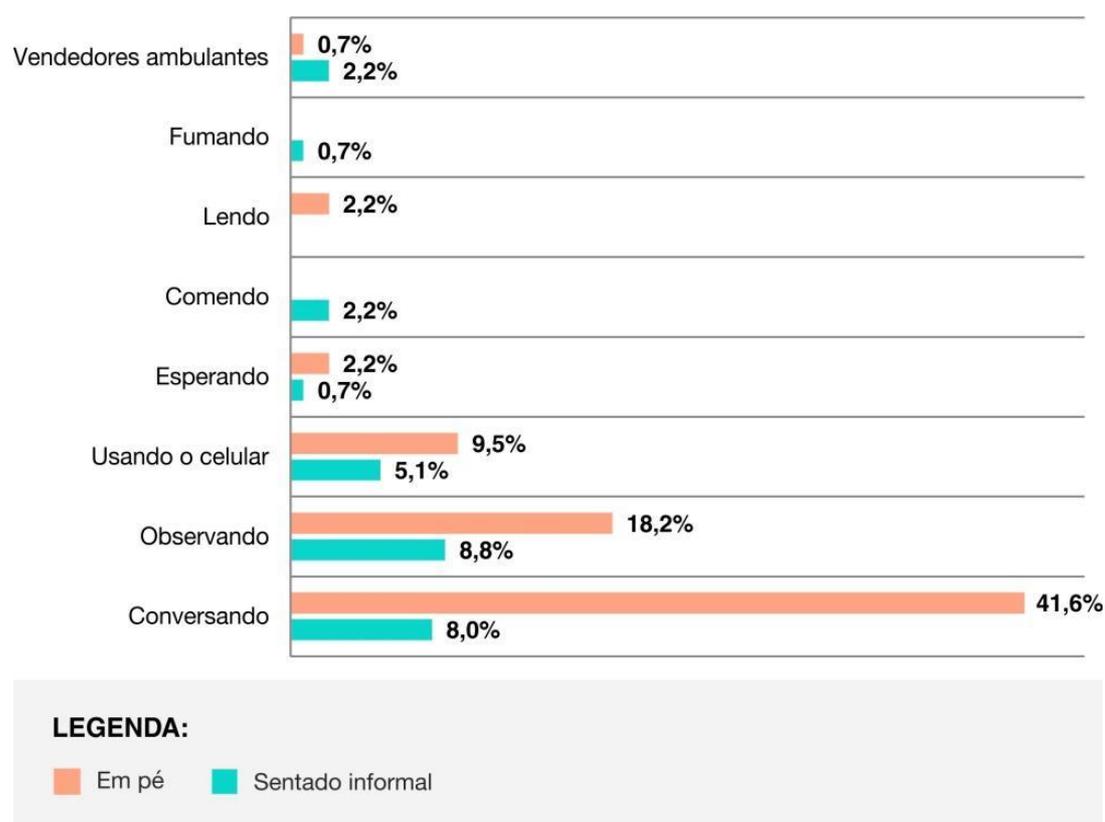


Fig.06: Gráfico listando as atividades observadas no Largo do Cinema durante o Mapeamento de Atividades Estacionárias. Elaboração própria.

Observa-se, a partir do gráfico, a forte presença de usuários conversando, em sua maioria em pé, o que demonstra o expressivo uso do espaço para atividades sociais, mas a pequena probabilidade (graças ao desconforto físico) para o prolongamento dessas atividades por muito tempo. A demanda por descanso também está presente nas atividades de contemplação e entretenimento individual. Em geral, a quantidade observada de usuários realizando tais atividades em pé foi maior do que a de usuários sentados, o que pode ser facilmente explicado pela significativa carência de assentos. Figura 06 ilustra os locais e a postura com que as apropriações são feitas pelos usuários.



LEGENDA:

GÊNERO		APROPRIAÇÕES			
● Feminino	● Masculino	● Em pé	◇ Sentado mob. público	△ Sentado mob. privado	× Sentado informal
			○ Sentado mob. comercial		— Deitado
OCUPAÇÃO DE VEÍCULOS					
🚗 Carros estacionados		🏍️ Motocicletas estacionadas			
ENTORNO IMEDIATO					
🏢 Uso institucional	🏠 Uso misto	🏪 Uso serviços	🌳 Gramado	🚧 Fachada ativa	
🍴 Alimentação	👥 Equipamento comunitário	🚰 Chafariz	📷 Atração turística		

Fig.07: Mapa-síntese de atividades estacionárias com foco nas formas de apropriação no Largo do Cinema. Elaboração própria a partir da aplicação da APO segundo métodos de Cooper-Marcus e Francis (1998) e do GEHL Institute (2017).

Através das manchas no mapa síntese referente às formas de apropriação, observam-se concentrações de usuários em pé encostados nas fachadas dos edifícios que circundam o Largo, próximos ao meio fio ou entre os veículos estacionados. As ocorrências de usuários sentados se dão apenas no que se considera como sentados informalmente (sobre superfícies como escadarias, degraus, bordas de edifícios ou parapeitos de janelas baixas). Quando analisados os locais onde se concentram as manchas de apropriação, vemos que elas são mais numerosas em frente aos estabelecimentos com fachadas inativas, onde se encontram mais áreas disponíveis para parada e assento, e geralmente impulsionadas pela atividade dos edifícios vizinhos. Ou seja, aparentemente, a disponibilidade de suportes para a permanência parece superar a atratividade das

fachadas ativas no entorno. Assim, as pessoas comumente fazem os primeiros contatos sociais em frente aos geradores de fluxos, mas se esses ultrapassam as breves trocas de civilidade, vemos uma tendência a procurar qualquer espaço na proximidade que permita a acomodação dos corpos sem que esses, na medida do possível, venham a prejudicar a circulação nas calçadas. Como os espaços que ofereçam esse tipo de suporte são raros no largo, as fachadas inativas tornam-se essenciais para que esses momentos de permanência sejam possíveis, sendo inclusive, muito concorridas.

Assim, além do cruzamento das informações levantadas sobre apropriações e usos no entorno imediato do Largo, a aplicação da ferramenta “Inventário do Lugar” do GEHL Institute nos permitiu o suporte para entender o porquê de as ocupações se manifestarem de tal forma, confirmando as percepções iniciais de campo. Durante as visitas ao largo, mapeou-se e contabilizou-se todos os componentes físicos do espaço e observou-se como estes elementos suportam a experiência de se passar algum tempo no local. Como resultado, destaca-se a ausência de assentos formais, sejam mobiliários fixos ou móveis, públicos ou comerciais. Como visto no Mapeamento de Atividades, predomina-se o assento informal (o que GEHL entende como opções secundárias de assento). Destaca-se também a ausência de equipamentos de lazer ativo, grandes atrativos em espaços públicos, mas também de elementos ligados à qualificação da paisagem, como a vegetação, assim como elementos de abrigo da chuva e do sol, e elementos ligados a mobilidade não-motorizada, como paraciclos e estratégias que facilitem a travessia dos pedestres.

Através da ferramenta “12 Critérios de Qualidade” do GEHL Institute, avalia-se a qualidade do espaço público através de critérios distribuídos em três temas: proteção, conforto e prazer do usuário. A partir dessa ferramenta foi possível analisar quais demandas são atendidas ou não, após mapear os elementos físicos existentes e a forma como o espaço é ocupado, tomando como base observações próprias e conversas informais com usuários. GEHL (2017) entende que proteção, seja de carros, barulho, chuva ou vento, é um fator crítico para que o espaço seja usado regularmente. A ausência de proteção faz com que as pessoas evitem passar tempo num espaço. A começar pela proteção contra tráfego e acidentes, identifica-se que o espaço é pouco seguro, especialmente para usuários idosos e de mobilidade reduzida, visto que: as calçadas são estreitas, fazendo com que os pedestres desviem seus trajetos para o leito carroçável; os tipos de pavimentação são irregulares e escorregadios, tornando o risco de acidentes com pedestres elevado; ciclistas não se sentem seguros de andar pelo Largo, tanto pelo espaço ser majoritariamente dominado por veículos, quanto por não haver paraciclos para o estacionamento das bicicletas. Segundamente, analisando a proteção contra danos por outros, percebe-se o Largo como seguro tanto durante o dia quanto à noite: embora as atividades e movimento de pessoas concentrem-se majoritariamente durante o dia, à noite o Largo do Cinema é considerado como bem iluminado e possui uma boa ambiência. Por último, a respeito da proteção contra experiências sensoriais desagradáveis, percebe-se que a poluição sonora e do ar são decorrentes do tráfego relativamente intenso; em relação ao clima, não há abrigos suficientes em tempos chuvosos, de sol ou vento forte, fazendo com que a permanência no espaço seja reduzida.

O tema “conforto” é referido pelo instituto como o elemento que torna o espaço convidativo para permanência. Seja através do conforto para andar, ficar em pé, observar, sentar-se ou conversar, além de opções de lazer ativo, o espaço necessita de condições para que seja atraente para todas as idades. Em relação a opções de mobilidade, reitera-se que o espaço é pouco acessível, vistas as condições supracitadas sobre as calçadas. Sobre as opções para permanência prolongada, de assento e de sociabilidade, as condições evidenciadas pelo inventário e pelo mapeamento de atividades mostram que não há nenhuma área adequadamente confortável para esses fins.

Por fim, o tema “prazer do usuário” refere-se a experiências sensoriais positivas, normalmente aproveitando-se das condições climáticas locais e da escala humana. Primeiramente, em relação à escala, observa-se, pela sua origem histórica, um desenho do espaço que considera a escala humana, de modo que se torne possível ainda relacionar-se, mesmo que visualmente, com pessoas nas extremidades opostas do espaço. Segundo, em relação a aproveitar os aspectos positivos do clima, são poucos os assentos secundários que são sombreados nos períodos de maior incidência solar - o que é interessante em épocas mais frias, mas desfavorável em épocas mais quentes. Por último, o espaço oferece grande potencial para contemplação de sua paisagem, mas que poderia ser melhor aproveitado com a criação de espaços para permanência prolongada.

Após a realização dessa breve avaliação pós-ocupação, pudemos concluir: que efetivamente há um desequilíbrio muito grande entre espaços destinados a diferentes demandas; que as pressões pela realização de atividades opcionais e sociais são expressivas; que as dinâmicas existentes são geradoras de vitalidade; mas que o espaço físico do largo aparentemente oferece muito pouco suporte a outras atividades além da circulação, representando um grande desperdício de seu potencial como espaço público.

4.3. Análise do Largo segundo critérios qualitativos de espaço público

Tendo realizado o diagnóstico do largo, sentimos a necessidade de confrontar os resultados encontrados com índices de qualidade consolidados, para confirmar se os atrativos ofertados pelo espaço são mesmo muito tímidos, em decorrência da falta de área e de elementos de suporte à atividades de permanência, ou se as características do largo poderiam ser consideradas aceitáveis em relação ao que se entende hoje por espaço público. Em decorrência das várias abordagens encontradas sobre o tema, optamos por utilizar parâmetros encontrados em referências diversas, desde clássicos (Whyte, 1980; Cullen, 2010; Sitte, 1996), visões mais atualizadas (Gehl, 2010; Carmona, 2010; Mehta, 2007) até uma importante e recente referência global (UN-Habitat, 2015), para abrigar a maior diversidade possível de realidades socioculturais. Privilegiou-se, graças a maior adaptabilidade às realidades encontradas em países periféricos, a análise aprofundada da Carta do Espaço Público, desenvolvida pelo Istituto Nazionale di Urbanistica (Italia) em 2013 e, posteriormente, incorporada ao Global Public Space Toolkit (UN-Habitat, 2015).

A Carta do Espaço Público (2013) foi um documento encomendado pela UN-Habitat para difundir princípios que norteassem a criação de espaços públicos de qualidade em realidades diversas. A Carta discorre, através de 50 pontos divididos em um prefácio e 6 capítulos, sobre a definição de espaço público, suas tipologias, questões relativas à criação, desafios encontrados, administração e desfrute dos espaços. A começar pelo capítulo Definição de Espaço Público, observamos que o Largo do Cinema satisfaz bem os itens que se referem à sua propriedade pública, seu acesso gratuito e à sua identidade clara que permite a definição de “lugar” (itens 6, 8 e 9). A carta assume, como parte da definição de um bom espaço, que “a comunidade se reconhece em seus espaços públicos e busca a melhoria de sua qualidade espacial” (INU, 2013:2, item 7, tradução própria, grifo nosso), fato não observado no Largo do Cinema, em vista de um baixo engajamento da população nesse sentido, talvez reforçado pelo entendimento deste como mero lugar de passagem ou pelo senso comum de congelamento da ambiência histórica, o que torna difícil para que se vislumbrem possibilidades diferentes de configuração espacial do mesmo. O Largo também não corresponde satisfatoriamente ao item 10, que diz que “os espaços públicos, sempre que permitam salvaguardas de valor natural ou histórico, devem ser acessíveis, sem barreiras aos deficientes motores, sensoriais e intelectuais” (INU, 2013:2, item 10, tradução própria), visto que a estratégia vigente da administração pública em relação à salvaguarda do patrimônio não investe em melhores condições de caminhabilidade e ainda menos em promover acessibilidade a portadores de necessidades especiais.

No capítulo Obstáculos na Criação, Administração e Desfrute de Bons Espaços Públicos, destacamos a falta de recursos para manutenção, a ineficiência dos gastos públicos (item 31 b) e a ausência de um órgão responsável por gerir os espaços públicos, com consequente setorização das estruturas administrativas e falta de comunicação entre os departamentos (item 31 h), como parte da realidade do município. Estes itens refletem uma cultura administrativa que carece de uma visão abrangente sobre os espaços públicos, comumente investindo apenas em questões pontuais de manutenção. Vemos também no Largo sua vulnerabilidade a usos impróprios, como seu dominante uso como estacionamento em detrimento das outras demandas existentes, (item 31 i), influenciada também pela dificuldade das autoridades locais em exercer um papel de efetiva liderança pública (item 31 g). A administração adota uma política de mobilidade que proíbe a circulação de grandes transportes de carga no perímetro tombado do município, como estratégia de proteção ao patrimônio, porém ainda dá grande permissividade ao estacionamento de veículos motorizados particulares. Sua tentativa de controle por meio do estacionamento rotativo ainda é insuficiente e mal fiscalizada, sendo bastante comuns as infrações por estacionamento em locais proibidos ou inadequados. Nessas condições, notamos que, no capítulo Administração do Espaço Público, os itens 33, que cita a redução do tráfego de automóveis particulares como condição primária por melhor qualidade ambiental, e 39, que sugere a prioridade aos pedestres e modais de mobilidade não motorizados de modo a conciliar as diferentes funções do espaço, não são seriamente considerados pela gestão municipal, que parece ter interesse por essas questões, mas não as colocam como prioridades..

Em vários pontos da Carta percebemos o quanto o Largo do Cinema tem grande potencial para se tornar um efetivo espaço público de qualidade, principalmente quando observadas as Tipologias e notados os vários papéis que cumpre, seja o de contribuir pela vitalidade da cidade, abrigar atividades comerciais, promover educação e cultura, refletir a identidade da comunidade, promover o convívio e a liberdade de expressão e ser parte significativa da paisagem urbana (itens 14 a, b, d, e, f, g). Em seu uso cotidiano, não oferece boas oportunidades para recreação, exercício físico e regeneração (item 14 c), apenas eventualmente, quando vira palco da “arte pública urbana” (item 48) e se torna um importante atrativo para a comunidade e a atividade turística. Todo esse potencial seria melhor aproveitado a partir de uma gestão que revisasse as suas políticas de mobilidade e construísse uma cultura de desencorajar o uso de meios de transporte motorizados particulares, a qual contribuiria por um uso civil, respeitoso e responsável no desfrute do espaço público (item 49). E, também, é necessário que, à estratégia de salvaguarda do patrimônio, se incorpore a visão de que “o bom uso dos espaços públicos está intimamente ligado à sua mutabilidade e adaptabilidade em relação às mudanças nas necessidades do cidadãos” (INU, 2013:6, item 50, tradução própria).

Assim, podemos observar que grande parte do que se considera hoje como importantes características de um bom espaço público se distancia muito do existente no Largo do Cinema. Nos dedicamos, então, a buscar exemplos de espaços com aspectos similares, que encontravam os mesmos desafios, principalmente no tangente ao excesso de área dedicada à mobilidade motorizada, e que conseguiram passar por reconfigurações atrativas para atividades de lazer sem, no entanto, desconsiderar suas ambiências históricas. Nessa busca nos deparamos com vários exemplares de intervenções de sucesso que não se distanciam tanto assim dos nossos desafios locais em seus aspectos econômicos, tecnológicos, culturais, etc.

4.4. Criando espaços para o lazer sem descaracterização das ambiências históricas

O primeiro exemplo aqui apresentado é regional e contemporâneo ao Largo do Cinema. Situada no centro histórico de Mariana, a Praça Claudio Manoel (Praça da Sé), passou por uma requalificação em 2008 através do Programa Monumenta/IPHAN, uma parceria entre o Ministério da Cultura e a Prefeitura. Originada no traçado urbano do século XVII, a praça abriga casarios coloniais, de usos institucionais e comerciais, e a

Catedral de Nossa Senhora da Assunção (Catedral da Sé). Anteriormente a 2008, a quotidiana ocupação do espaço pelo estacionamento e a sinalização de trânsito eram as principais causas de degradação visual. A requalificação objetivou, portanto, trazer de volta as qualidades de sociabilidade e lazer ao espaço, com um desenho semelhante ao original do século XVII. O redesenho constituiu de um rebaixamento e nivelamento do piso, implantação de paralelepípedos, mobiliário urbano, sistema de drenagem e a restauração do antigo chafariz, o qual estava desaparecido por décadas e foi reencontrado durante a reforma (IPHAN, 2008).



Fig.08: Fotos antes e depois da requalificação da Praça da Sé. Fonte: (Rede Brasil Atual, 2010)

O segundo exemplo guarda semelhanças em sua origem cultural. Situado no centro histórico de Porto, em Portugal, o conjunto formado pelo Largo de São Domingos e pela Rua das Flores foi requalificado em 2014 como parte Programa de Intervenção no Centro Histórico do Porto - Porto Vivo, realizado pela SRU (Sociedade de Reabilitação Urbana). O largo originou-se de uma concepção urbana medieval, organicamente formado por um encontro de percursos e pela implantação de edifícios. Já a Rua das Flores foi aberta no início do século XVI, por uma lógica renascentista que visava criar, com seu traçado quase reto, uma perspectiva do Convento de São Bento da Ave-Maria. O conjunto abriga uma tipologia de edificações do século XIX e, anteriormente à reforma, sofria com a intensa ocupação por estacionamento de veículos e pela deterioração e descaracterização das fachadas do espaço edificado. Sob a defesa de “Porto Património Mundial a salvaguardar, reabilitar, conservar e preservar”, a SRU visava retomar no conjunto seu sentido histórico de lugar e “teve um alinhamento de atuação com prioridade na reabilitação, revitalização económica, melhoramento do edificado e infraestruturas num processo de regeneração urbana e patrimonial” (Barbosa, 2015). A remodelação caracterizou-se por transformar a Rua das Flores em uma via prioritária a pedestres e pela retirada parcial dos automóveis do conjunto Largo-Rua, permitindo apenas o acesso controlado de residentes, comerciantes e transportes prioritários de segurança e saúde. Notam-se também através das imagens a criação de canteiros vegetados e de áreas permitidas a mobiliários comerciais.



Fig.09: Imagens da Rua das Flores, respectivamente, de 2007 e 2015. Fonte: (Wikimedia, 2020)

A esses exemplos, se somam vários outros que comprovam que a ocupação dos espaços públicos históricos pelos carros é algo reversível e possível, mas que exige sacrifícios por parte de alguns grupos e grande comprometimento do poder municipal. A realidade ouropretana não é diferente das apresentadas, sendo que durante o desenvolvimento dessa pesquisa já foi possível vislumbrar novas formas de distribuição espacial sem, necessariamente, tomar posturas muito radicais, que cheguem a exigir uma erradicação completa dos veículos da paisagem. Mudanças na circulação e diminuição das áreas de estacionamento são, portanto, essenciais para se garantir mais acesso ao Largo do Cinema, mais condições de permanência, e mais respeito à sua paisagem histórica.

5. Discussões e apontamentos finais

Ao longo desta pesquisa confirmamos nossa hipótese de que o antigo largo colonial seja hoje um espaço mais representativo como espaço de passagem e estacionamento do que como área de lazer. Percebe-se que, ao buscar preservar uma suposta ambiência colonial, destituindo o vazio urbano de outros elementos qualificantes, abre-se espaço para a ocupação veicular, que por ser caracterizada por elementos móveis, e indissociáveis da mobilidade da cidade, recebe uma aceitação maior por parte da população e do poder público, do que o fariam outros tipos de elementos.

Através da investigação histórica, foi possível conhecer as transformações sofridas por esse espaço ao longo do tempo, questionando sua imutabilidade e mostrando serem possíveis outras formas de ocupação para além da existente. Os métodos de avaliação pós-ocupação, focados no uso do espaço no tempo presente, apontaram a clara demanda por espaços de permanência, evidenciada pela ausência de mobiliário, elemento básico de qualificação dos espaços públicos, que permitam uma melhor acomodação dos usuários. Em relação aos marcos legais, na análise das leis vigentes percebemos a proibição a alguns tipos de intervenção, mas nada que inviabilize a transformação do largo em um espaço capaz de acolher mais atividades de lazer quotidianas. Reconhecemos que, além de interferências no espaço físico, seria preciso realizar algumas revisões de leis para um melhor aproveitamento do local, como a revisão do já bastante obsoleto Código de Posturas, de 1980. Percebe-se, no entanto, que sem a extinção ou, pelo menos, redução dos estacionamentos, pouco poderia ser efetuado em relação à inversão de prioridades no local.

Ainda assim, a análise dos resultados aponta mais fortemente para a necessidade de mudança da cultura administrativa, que replica modos de conservação que não refletem as demandas contemporâneas em sua totalidade, gerando um impacto negativo na paisagem do Largo do Cinema. Combater o status quo de uma

cultura individualista que prioriza a mobilidade motorizada individual em detrimento do lazer reduziria significativamente o caos gerado pela demanda por estacionamento e ofereceria uma larga área para outras formas de ocupação. Por fim, investir na adequação do espaço a atividades de permanência significa promover uma maior conexão afetiva das pessoas com o Largo do Cinema e, conseqüentemente, investir na sustentabilidade de sua conservação.

BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO, Alice Viana de (2018). Espaços Livres de Uso Público em Ouro Preto-MG: Heranças Históricas, Desafios Contemporâneos. [Tese de doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais]. Repositório UFMG. <http://hdl.handle.net/1843/MMMD-BAAJTC>

VIANA, Alice (2019). Espaço Público e Preservação do Patrimônio Histórico: A posição das cartas patrimoniais sobre a salvaguarda dos espaços públicos ao longo do tempo. Anais XVIII ENANPUR 2019. <http://anpur.org.br/xviiienganpur/anais>

BARBOSA, Jorge Ferreira (2015). Reabilitação do Patrimônio, cidade do Porto, estratégias e factos - Rua (S.ta Catarina) das Flores. Revista Arquitetura Lusíada (Lisboa), 7,153-206. <http://revistas.lis.ulsiada.pt/index.php/ral/article/view/2338>. (Acessado em 04/03/2020).

BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine (org.) (2006). De Volta à Cidade: Dos processos de gentrificação às políticas de revitalização dos centros urbanos. São Paulo: Annablume.

BONDUKI, Nabil (2012). Intervenções urbanas na recuperação de centros históricos. Brasília: IPHAN/Programa Monumenta, 2012.

CULLEN, Gordon (2010). Paisagem Urbana. Lisboa: Edições 70.

CARMONA, Matthew; TIESDELL, Steve; HEATH, Tim; OC, Taner. (2010). Public Places - Urban Spaces: The Dimensions of Urban Design. Amsterdam: Architectural, Elsevier.

COOPER MARCUS, Clare; FRANCIS, Carolyn (1998). Post-Occupancy Evaluation. Em C. COOPER MARCUS e C. FRANCIS (Eds.), People places: design guidelines for urban open space (345-356). New York: John Wiley & Sons.

GEHL, Jan (2010). Cities for People. Washington, DC: Island Press.

GEHL, Jan (2011). Life Between Buildings: Using Public Space. Washington: Island Press.

ICOMOS. (2004). International Charters for Conservation and Restoration - Monuments and Sites I. München: ICOMOS, 2ª ed.

ISTITUTO NAZIONALE DI URBANISTICA (2013). Charter of Public Space. Roma: UN-HABITAT. <http://www.biennalespaziopubblico.it/outputs/the-charter-of-public-space/>. (Acessado em: 09/07/2020).

MEHTA, Vikas (2007). A Toolkit for Performance Measures of Public Space. In: 43rd ISOCARP Congress. http://www.isocarp.net/Data/case_studies/983.pdf. (Acessado em: 17/06/2020).

SITTE, Camillo (1996). L'art de bâtir les villes: L'urbanisme selon ses fondements artistiques. Paris: Éditions du Seuil

SORGINE, Juliana (2008). "Salvemos Ouro Preto". A campanha em benefício de Ouro Preto: 1949-1950. Série Pesquisa e Documentação do IPHAN, nº2. Rio de Janeiro: IPHAN, COPEDOC, 2008.

UN-HABITAT (2015). Global Public Space Toolkit: From Global Principles to Local Policies and Practice. <https://unhabitat.org/global-public-space-toolkit-from-global-principles-to-local-policies-and-practice>. (Acessado em: 17/06/2020)

VASCONCELLOS, Sylvio de (1956). Vila Rica: Formação e desenvolvimento - Residências. Rio de Janeiro: MEC-Instituto Nacional do Livro.

WHYTE, William H (1980). The Social Life of Small Urban Spaces. Washington, D.C.: Conservation Foundation.

Fontes eletrônicas

GEHL Institute. (2017). Public life tools. <https://gehl.institute.org/tools/> (Acessado em 18/02/2020).

IPHAN. (20 nov. 2008). Mariana (MG) vai receber a Praça da Sé restaurada. <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/2147/mariana-mg-vai-receber-a-praca-da-se-restaurada>. (Acessado em 04/03/2020).